

# Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

*Joaquina Soares (Coord.)*

# FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

## FIDS

---

### ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal  
Câmara Municipal de Alcácer  
do Sal

---

---

### SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago  
do Cacém / Câmara Municipal de  
Santiago do Cacém

---

---

### ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete  
Câmara Municipal de Alcochete

---

---

### AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região  
de Setúbal / Museu de Arqueologia e  
Etnografia do Distrito de Setúbal

---

---

### SEIXAL

Município do Seixal  
Ecomuseu Municipal

---

---

### ALMADA

Museu Municipal de Almada  
Câmara Municipal de Almada

---

---

### MOITA

Departamento de Acção  
Sociocultural  
Câmara Municipal da Moita

---

---

### SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra  
Câmara Municipal de Sesimbra

---

---

### BARREIRO

Serviços Culturais  
Câmara Municipal do Barreiro

---

---

### MONTIJO

Museu Municipal do Montijo  
Câmara Municipal do Montijo

---

---

### SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal  
Câmara Municipal de Setúbal

---

---

### GRÂNDOLA

Serviços Culturais  
Câmara Municipal de Grândola

---

---

### PALMELA

Museu Municipal de Palmela  
Câmara Municipal de Palmela

---

---

### SINES

Museu Municipal de Sines  
Câmara Municipal de Sines

---

# NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam rever através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

**Rui Garcia**

(Presidente do Conselho Directivo da Associação  
de Municípios da Região de Setúbal)

# FICHA TÉCNICA

## Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)  
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)  
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

## Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

## Coordenação Editorial

Joaquina Soares

## Conselho Científico

António Nabais  
Carlos Marques da Silva  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares  
Elsa Afonso  
Fátima Afonso  
Fernanda Pinho  
Fernanda do Vale  
João Ventura  
Luís Pequito  
Lurdes Lopes  
Maria Ana Judas  
Marisol Ferreira  
Michelle Santos  
Miguel Correia  
Sandra Coelho  
Susana Duarte  
Vitor Mestre

## Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004  
E-mail: maeds@amrs.pt  
Site: www.maeds.amrs.pt  
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com  
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.  
Interdita a reprodução de imagens.

## Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

## Execução gráfica

Ana Castela  
Paula Covas

## Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

## Depósito Legal

450333/18

## ISSN

1645-0553

## Tiragem

300 exemplares  
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

# EDITORIAL

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)<sup>1</sup>.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)<sup>2</sup>

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*<sup>3</sup>, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História<sup>4</sup>; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

**Joaquina Soares**

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

---

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

# ÍNDICE

|  |            |
|--|------------|
| <b>Nota de Abertura</b>  | <b>03</b>  |
| Rui Garcia   |            |
| <b>Editorial</b>   | <b>05</b>  |
| Joaquina Soares  |            |
| <b>No II Centenário do Nascimento<br/>de João Carlos D’Almeida Carvalho<br/>(1817-1897)</b>                      | <b>08</b>  |
| Horácio Pena   |            |
| <b>Arqueologia Urbana e História Local</b>   | <b>16</b>  |
| <b>Preexistências de Setúbal.<br/>Intervenção arqueológica na Rua<br/>Arronches Junqueiro, 32-34</b>             | <b>17</b>  |
| Carlos Tavares da Silva, Antónia<br>Coelho-Soares, Susana Duarte   |            |
| <b>Cerâmicas de paredes finas de<br/><i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas<br/>de prospeção arqueológica</b> | <b>39</b>  |
| Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila,<br>Marisol Ferreira   |            |
| <b>Fortificação Medieval de Setúbal.<br/>Identificação do núcleo defensivo da<br/>Ribeira ou “Castelo”</b>       | <b>51</b>  |
| Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira,<br>Susana Duarte, Carlos Mouro   |            |
| <b>Arqueologia urbana e o sismo de<br/>1755. O contexto da Av. Luísa Todi,<br/>170-178, Setúbal</b>              | <b>79</b>  |
| Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos<br>Tavares da Silva   |            |
| <b>Silos de Francos e Portugueses em<br/>Vila Verde dos Francos – Alenquer</b>                                   | <b>101</b> |
| Guilherme Cardoso, Luísa Batalha   |            |

|   |            |   |            |
|---|------------|---|------------|
| <b>O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela)</b>  | <b>115</b> | <b>Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855)</b>  | <b>199</b> |
| João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos  |            | Albérico Afonso, Carlos Mouro   |            |
| <b>O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho</b> | <b>129</b> | <b>Fran Paxeco em Sesimbra</b>  | <b>213</b> |
| João Costa  |            | João Augusto Aldeia   |            |
| <b>Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna</b>                                     | <b>141</b> | <b>A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias</b> | <b>219</b> |
| Maria João Pereira Coutinho   |            | Diogo Ferreira  |            |
| <b>A Roda dos Enjeitados</b>  | <b>151</b> | <b>Notas sobre a indústria de curtumes setubalense</b>  | <b>233</b> |
| Rogério Palma Rodrigues   |            | Carlos Mouro  |            |
| <b>Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho</b>   | <b>163</b> | <b>Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais</b>   | <b>245</b> |
| Fátima Ribeiro de Medeiros  |            | Pedro Fernandes   |            |
| <b>Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855</b>   | <b>179</b> | <b>A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação</b>                                 | <b>253</b> |
| Ernesto Castro Leal   |            | Pedro Fernandes   |            |
| <b>O feriado municipal e a memória colectiva setubalense</b>  | <b>187</b> | <b>Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX)</b>   | <b>261</b> |
| Carlos Mouro, Horácio Pena  |            | António Chitas  |            |
|   |            | <b>“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943</b>  | <b>271</b> |
|   |            | Fátima Afonso, Fernanda Ferreira  |            |

# “Hoje ninguém trabalha!”

## Resistência operária no concelho do Seixal em 1943

“Nobody is going to work today!” – Workers’ resistance in Seixal in 1943

Fátima Afonso\*  
Fernanda Ferreira\*

### RESUMO

Completam-se, em 2018, os setenta e cinco anos sobre a greve de julho-agosto de 1943. Apesar de plurisectorial, no concelho do Seixal o surto grevista adquiriu maior expressão com a adesão do operariado corticeiro das freguesias de Amora e Seixal. O sector corticeiro empregava um elevado número de trabalhadores, detendo um inegável peso económico quer para o município, quer para a região, aspetos que emprestaram ao movimento uma visibilidade pública e dimensão consideráveis.

Integrada num movimento reivindicativo mais amplo, esta greve constituiu um momento marcante na história e na vida das populações da margem sul, contribuindo para fomentar a consciência da força coletiva do operariado na defesa dos seus direitos e interesses.

**Palavras-chave:** greves; operários; fábricas; movimentos operários; cortiça.

### ABSTRACT

In 2018, a period of seventy five years regarding the July-August 1943 strike is accomplished. The strike outbreaks massively in Seixal when workers from the local cork industry of both parishes Amora and Seixal have joined the trend, despite have rushed among the social groups in force. The cork industry gave to a huge amount of workers, their corresponding jobs and so it was crucial towards town hall and regional area economical network maintenance. The aforementioned features had the opportunity to provide a higher focus on the public acknowledgment about the workers’ vindication activity.

The strike was inserted in a growing outbound running movement, a landmark in both social history and people’s south bank lives, in Portugal. This event helped increase the enlightenment standards of the worker’s union regarding the defense of their rights and concerning issues.

**Keywords:** strikes; workers; factories; labour movements; cork.

### 1 - NOTA INTRODUTÓRIA

Consultado o ficheiro de pessoal da *Mundet & C<sup>a</sup> Lda.*, verificámos existirem 149 boletins onde se regista uma pequena nota sobre o despedimento de trabalhadores em 1943, devido à paralisação do trabalho nas fábricas que a empresa detinha no concelho do Seixal.

Para além das sanções disciplinares impostas por encarregados nas oficinas e por fiscais de giro nos espaços exteriores, os boletins dos trabalhadores não apresentaram quaisquer outros registos de reivindicações. Não obstante, de acordo com o testemunho de Luíz Gubert y Capellà, à época sócio-gerente da *Mundet*, *Já várias*

\* Câmara Municipal do Seixal / Ecomuseu Municipal do Seixal [ecomuseu@cm-seixal.pt]



vezes nas [...] fábricas se têm dado paralisações de trabalho, que são resolvidas rapidamente e consoante as possibilidades da direcção<sup>1</sup>. Porém, este surto grevista no verão de 1943 surge como um momento impar de reivindicação operária, tão marcante na história da empresa que mereceu registo nas fichas de trabalhadores. Este foi o ponto de partida para o nosso estudo.

Diluído no tempo, o evento parecia não ter deixado quaisquer evidências. Por um lado, a consulta ao arquivo municipal revelou-se infrutífera e, de igual modo, a suspensão do único jornal local, *A Voz do Seixal* (1927-1943)<sup>2</sup>, pela Comissão de Censura de Lisboa, parecia ter concorrido para o silenciar da situação. Por outro lado, dispondo de um escasso número de testemunhos de participantes na greve, deparámos com alguma relutância em relatar os acontecimentos. Não admira pois que, passados 75 anos, pouco ainda se soubesse sobre a greve de 1943 no concelho do Seixal.

O presente estudo visa assim conhecer os fatores que estiveram na origem deste protesto operário – integrado num movimento de conflito laboral e de resistência operária mais amplo que abarcou, entre outros, vários municípios do distrito de Setúbal –, reconstituir os acontecimentos e compreender a ação dos operários nas diferentes fases de evolução e cessação da greve. Visa ainda perceber quais foram as consequências deste surto grevista para a comunidade local e reconhecer o contributo dos trabalhadores do concelho do Seixal para este movimento, a par de outros municípios da margem sul envolvidos no protesto.

## 2 - A INDÚSTRIA NO CONCELHO DO SEIXAL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1940

No princípio da década de 40 do século XX, no concelho do Seixal, coexistiam formas de produção que assentavam quer na exploração dos recursos agrícolas e flúvio-marítimos, quer em diversas atividades industriais: estaleiros de construção e reparação de embarcações, fábricas de conservas de peixe e de seca de bacalhau, de lanifícios, de sabão, de cortiça, de pólvora

e explosivos, de adubos e de resina, entre outras, beneficiando da proximidade litoral seixalense a Lisboa, e da ligação ferroviária do Sul e Sueste ao Barreiro. A industrialização e o conseqüente crescimento urbano e populacional, proporcionaram a proliferação de pequenas lojas e oficinas.

As grandes unidades industriais corticeiras das empresas *Mundet & C.ª Lda.*<sup>3</sup> (com fábricas em Seixal e Amora), *C.G. Wicander, Lda.*, empresa de origem sueca instalada na freguesia do Seixal, e *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.*, constituída com capitais espanhóis e portugueses, com um importante estabelecimento fabril fundado em 1935, na freguesia de Amora, marcaram forte presença no tecido industrial do concelho do Seixal, empregando largas centenas de operários. No início da década de 1940, existiam ainda alguns fabricos corticeiros dispersos na malha urbana das principais povoações do município.

Para além da indústria corticeira, a greve plurisectorial de 1943 teve ainda a adesão da maior unidade fabril têxtil estabelecida no concelho do Seixal, estendendo ainda as suas repercussões ao sector industrial dos explosivos.

O estabelecimento fabril da *Companhia de Lanifícios de Arrentela, Lda.* merece-nos destaque entre as unidades fabris que surgiram no território concelhio do Seixal ainda no séc. XIX. A *Companhia de Lanifícios*, herdeira da tradição industrial têxtil na Torre da Marinha (Arrentela), viu amplamente reconhecida a qualidade dos seus produtos em exposições e feiras industriais de âmbito regional, nacional ou mesmo internacional. Em 1943, a sua população fabril era estimada em cerca de 400 operários<sup>4</sup>.

Outro estabelecimento industrial afetado pela greve foi a *Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda.* (SPEL), localizado na zona ribeirinha periférica à povoação de Amora, localização conveniente dada a perigosidade desta indústria<sup>5</sup>.

Empresas com uma expressão apreciável na economia da região e mesmo a nível nacional, estes assentamentos fabris foram geradores de grande oferta de emprego não

só para a população local como para a migrante, estando na origem do crescimento populacional no concelho e do caldeamento de indivíduos, provenientes de todos os pontos do país. A inclusão social destes trabalhadores na comunidade local fez-se muito por via do mundo do trabalho e da sua participação nas associações populares locais de entajuda (através de quotizações e de trabalho voluntário), que lhes permitiu fazer face às necessidades socioeconómicas da época, garantindo o acesso a bens de primeira necessidade, a atividades informais de proteção social, cuidados de saúde e alfabetização.

### 3 - O CONCELHO DO SEIXAL NA TRANSIÇÃO DO ASSOCIATIVISMO LIVRE PARA O SINDICALISMO CORPORATIVO

Apesar de existir uma população operária heterogénea em termos socioprofissionais no concelho do Seixal, os corticeiros constituíam, no início dos anos 40, o grupo socioprofissional com maior expressão no município e a classe profissional que se encontrava melhor organizada.

A Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Seixal foi formalmente fundada em 1921<sup>6</sup> (constituindo a sua comissão organizadora, Manuel Nata, Luís Gouveia e Raúl Teixeira), congregando os diversos ofícios do trabalho industrial corticeiro. Contudo, como as condições de trabalho e de remuneração continuaram diferenciadas de acordo com as especialidades, idades e sexo dos operários, em fase de grande falta de trabalho e de dificuldades de subsistência generalizadas, as reivindicações de classe manifestavam-se, sobretudo, pela paragem do trabalho. Esta ganhava maior expressão quando concertada em movimentos que abrangiam os principais centros corticeiros do país.

Outra ação importante, resultante da articulação associativa e coordenada entre agremiações de classe congéneres, consistia nas representações ao Parlamento. Em 1924, a Associação dos Operários Corticeiros do Seixal reclamou, junto da Câmara dos Deputados da Nação, pela amnistia e rápida libertação

de presos por questões sociais<sup>7</sup>.

A concentração e organização das massas trabalhadoras, o crescimento urbano e populacional, o aumento do preço dos géneros alimentícios e a insatisfação face às condições de trabalho, deram lugar a protestos nas décadas de 30 e 40 do séc. XX.

A greve revolucionária de 18 de janeiro de 1934, manifestação contra a deterioração das condições de vida, de trabalho e por descontentamento com o regime fascista, foi despoletada com a publicação do decreto-lei n.º 23.050, de setembro de 1933, que acabava com as associações de classe e impunha os sindicatos nacionais, sob tutela do Estado, passando a sindicalização a ter um carácter obrigatório. Apenas uma pequena minoria das associações de classe terá aceitado integrar-se no quadro corporativo, sendo as restantes dissolvidas e os seus haveres apreendidos.

Este movimento envolveu, na margem sul do Tejo a ocorrência de greves dispersas, com maior expressão nos concelhos de Almada, Barreiro e Setúbal. O nível de participação dos trabalhadores do município do Seixal neste protesto varia segundo as fontes. A Comissão Inter-Sindical, em manifesto de fevereiro de 1934, menciona a ocorrência de greve, envolvendo o Seixal, que *tomou um carácter geral em toda a região* (Patriarca, 2000: 57). Outras fontes, referem as *expressivas manifestações populares* que terão ocorrido também em Seixal (Patriarca, 2000: 82).

A 23 de janeiro de 1934, uma pequena notícia veiculada no jornal *O Século*, enquadrada sob a tituleira *A greve revolucionária*, refere que as associações de classe dos Operários Corticeiros e a dos Descarregadores de Mar e Terra da antiga vila do Seixal (fundada em 1919), tendo mostrado relutância em reformar os seus estatutos em harmonia com o referido decreto-lei, viram as suas sedes encerradas pela polícia. Suprimida a associação de classe dos corticeiros em 1934, só decorridos cinco anos o regime conseguirá impor uma nova estrutura de organização profissional corporativa – o Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal, com sede no Seixal<sup>8</sup>.

Considerado o elevado número de operários que a indústria corticeira ocupava no concelho (representando então cerca de 1/3 da mão-de-obra corticeira em todo o distrito de Setúbal) e a sua adesão massiva à causa grevista no verão de 1943, o meio operário corticeiro local – sem perder de vista a ação dos trabalhadores de outros ramos industriais envolvidos na greve – assume assim um considerável protagonismo no presente estudo.

#### 4 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO DE JULHO/AGOSTO DE 1943

A primeira metade da década de 40 foi marcada pela contestação popular. Era perceptível uma atividade latente e subversiva com um forte centro de ação no concelho do Barreiro, mas que se fazia sentir nos concelhos limítrofes, especialmente em Moita e Seixal<sup>9</sup>. Esta situação terá justificado uma continuada ação repressiva e vigilante das autoridades policiais.

A II Guerra Mundial (1939-1945) refletiu-se no país, entre outros aspetos, pela organização militar das condições de trabalho e da defesa da economia nacional através dos Serviços de Mobilização Industrial do Ministério da Guerra, serviço que (sobretudo desde as anteriores paralisações do trabalho de outubro/novembro de 1942) passou a supervisionar os sectores económicos considerados essenciais para o interesse público.

A 21 de julho de 1943, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, assumindo a coordenação do protesto, divulgou um manifesto clandestino de incitamento *À greve! Pelo aumento dos salários!* distribuído em oficinas e fábricas. O movimento grevista é iniciado a 26 de julho nos estaleiros da *Companhia União Fabril*, na Rocha do Conde de Óbidos, em Lisboa, seguindo-se os estaleiros da *H. Parry & Son, Lda.*, com oficinas metalúrgicas e docas para reparações navais em Cacilhas, e várias fábricas corticeiras em Almada, estendendo-se no dia seguinte a várias unidades industriais nos concelhos de Seixal e Barreiro.

Para além da conjuntura de imposição de economia de guerra, a contestação popular fundamentou-se ainda na contenção salarial, no emprego precário e no desemprego, na escassez de géneros e na sua venda a preços inacessíveis às camadas mais carenciadas da população.

O surgimento de descontos obrigatórios nos salários, já de si baixos e desvalorizados, funcionou como mais um motivo de protesto. Tal foi o caso do desconto inerente ao novo regime de abono de família (estabelecido pelo decreto-lei n.º 32.192, de 13 de agosto de 1942), sendo os beneficiários obrigados a inscreverem-se na Caixa de Abono. No caso dos trabalhadores da Mundet, para além dos descontos comuns ao pessoal assalariado, com a criação da *Caixa de Previdência do Pessoal da Firma Mundet & C.ª, Lda.*, em 1942 – a primeira organização deste tipo no âmbito da indústria corticeira portuguesa – os trabalhadores passaram a sofrer mais um desconto mensal de 5% no vencimento, para subsidiar os fundos da sua Caixa de Previdência.

Apesar de, desde 1941, usufruírem dos salários mínimos mais elevados do sector corticeiro<sup>10</sup>, a diferença salarial de que beneficiavam os trabalhadores da área metropolitana de Lisboa era completamente absorvida pelo aumento de bens e serviços essenciais.

No geral, vários fatores contribuíam para que o contexto laboral na indústria corticeira fosse precário. A indústria corticeira recorria ao emprego predominantemente feminino e de menores, sujeitos ao mesmo regime e condições de trabalho por um salário inferior; era prática comum na indústria, os trabalhadores desenvolverem um trabalho especializado, usufruindo de uma remuneração inferior; a falta de encomendas levava frequentemente os industriais a reduzirem o volume de trabalho nas suas oficinas, chegando-se a trabalhar apenas três dias por semana.

Se considerarmos ainda que qualquer insubordinação disciplinar, falta de atenção ou trabalho mal executado, eram sancionados com suspensões que podiam ir de algumas horas a vários dias, refletindo-se na perda de remuneração, chegamos facilmente à conclusão que o salário destes operários, recebido no

final da semana, constituía um valor que poderia ser bastante variável.

Um dos eventos mais relevantes ocorridos no concelho do Seixal e que terá concorrido para fomentar o clima de tensão então vivido, foi a visita do Presidente da República, António Óscar Carmona, a 4 de abril de 1943 por ocasião da inauguração da casa de infância da *Mundet & C.ª, Lda.*, na sua fábrica do Seixal, que se realizou com grande aparato. Para este evento, o Comando Distrital da Legião Portuguesa tomou a cargo a organização militar da receção, incluindo a guarda de honra do Presidente da República e comitiva.

Após a inauguração oficial da casa de infância, os legionários (provenientes das delegações concelhias do Barreiro, Setúbal, Palmela e Seixal) foram convidados a participar no lanche que a Mundet ofereceu a todo o seu pessoal. Contudo, nos refeitórios da empresa,

gerou-se uma forte oposição por parte de alguns dos operários da fábrica que, ocupando a cozinha, procuraram impedir o acesso dos legionários ao local<sup>11</sup>. O incidente motivou a suspensão, em cinco dias de trabalho, dos operários insubordinados e o registo de sanção nas respetivas fichas de trabalhador.

A atitude de insolência destes operários corticeiros face aos legionários, terá de ser entendida tendo em conta o contexto de precaridade laboral atrás mencionado e, em especial, o facto da Legião Portuguesa ter sido frequentemente associada à difusão de propaganda do regime e chamada a intervir no sentido do controle e da repressão sobre os cidadãos em nome da reposição da ordem pública, pelo que esta organização miliciana não granjeava grande simpatia no meio operário local. Outro dado importante que poderá contribuir para o esclarecimento desta atitude, poderá radicar no facto de,



Fig. 1 - Deslocação do Presidente da República, Marechal António Óscar Fragoso de Carmona, ao Seixal, por ocasião da inauguração da Casa de Infância, na fábrica Mundet, 1943 © EMS – CDI Imagem cedida por António Sousa.

em 1936, dois anos após a supressão da sua associação de classe, a sede da agremiação<sup>12</sup> ter sido entregue pelas autoridades ao Núcleo da Legião Portuguesa do Seixal<sup>13</sup>.

Este episódio, ocorrido nas vésperas da greve, espelha bem o ambiente de tensão e de autoritarismo, mas também de contestação operária, que então se fazia sentir no concelho.

## 5 - A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO GREVISTA NO CONCELHO DO SEIXAL

O movimento terá tido origem na tarde do dia 27 de julho nas fábricas corticeiras da freguesia de Amora. Após a suspensão do trabalho na fábrica dos *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.*, um grupo de operárias deslocou-se às fábricas da *Mundet & C.ª, Lda.*, em Amora,

e, mais tarde, da *Companhia de Lanifícios da Arrentela, Lda.*, incitando o operariado à paralisação do trabalho.

A assunção de uma forte adesão e protagonismo do operariado feminino atribuiu um carácter pioneiro a este movimento grevista. Uma das promotoras do protesto, escreverá mais tarde, no seu pedido de readmissão dirigido à empresa Mundet, ter sido “*despedida pela greve que houve feita pelas mulheres*”<sup>14</sup>. Foram as operárias que, num primeiro momento, deram visibilidade ao movimento, percorrendo as ruas das povoações e indo de fábrica em fábrica, incentivando os trabalhadores à greve.

No final do primeiro dia de greve, quando a primeira força policial chegou à freguesia de Amora, os operários em greve tinham já abandonado as fábricas, entretanto encerrados pelas respetivas gerências.



Fig. 2 - Escolha de discos na fábrica Queimado & Pampolim, Lda., na Amora (sucessora da Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.)  
© EMS-CDI – Júlio Pereira Dinis. EMS.2001.00145.00277.

No dia seguinte, devido à intervenção de um grupo de cerca de 400 operárias das fábricas corticeiras em greve, acompanhadas de muitos populares, ocorreu uma tentativa de invasão das oficinas da SPEL (freguesia de Amora). Por ordem da administração, o trabalho foi suspenso de modo a evitar atos de violência.

No mesmo dia, pela manhã, o movimento grevista adquire maior expressão com a adesão das fábricas corticeiras da freguesia do Seixal (*Mundet & C.ª, Lda.* e *C. G. Wicander, Lda.*).

Na fábrica Mundet (Seixal), os trabalhadores entram à hora regulamentar e, apesar dos motores se encontrarem a trabalhar, tomaram a resolução de se solidarizar na paralisação do trabalho e conservaram-se parados junto às máquinas. O foco inicial da greve

terá tido lugar na secção de escolha de rolhas (oficina com mão-de-obra maioritariamente feminina), de onde terá partido um grupo de mulheres incitando à paralisação das outras oficinas. Estimamos que cerca de 95% dos operários da fábrica da Mundet, no Seixal, terão aderido à greve de *braços caídos*.

Decorrente da nota oficiosa do Governo emitida no dia 29 de julho, nas fábricas onde ocorreu a greve, os empresários foram obrigados a relatar as ocorrências e a entregar ao Ministério da Guerra a lista nominal dos indivíduos que abandonaram o trabalho. Na sequência desta determinação, a gerência da Mundet ter-se-á visto na contingência de nomear, entre os trabalhadores das várias oficinas, os elementos necessários para integrar uma alegada *Comissão de trabalhadores grevistas*, através da qual pudesse apelar à calma e à retoma do trabalho.



Fig. 3 - Escolha de rolhas da fábrica Mundet, no Seixal, 1954 © EMS-CDI – Fundo Documental Mundet. EMS.2004.00065.00001.

Foram 23 os operários nomeados para integrar a comissão que se avistou com os patrões no dia da greve. Dois dias mais tarde, encontrando-se a fábrica encerrada, as mulheres envolvidas na suposta comissão foram presas quando se encontravam nas suas residências. Os oito homens que integraram a comissão foram chamados ao edifício da Câmara Municipal no dia 31 de julho, onde foram detidos pela Polícia de Segurança Pública e levados para Lisboa. A 7 de agosto foram entregues à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) para se proceder ao apuramento de responsabilidades na paralisação do trabalho. No dia seguinte, após interrogatório, as mulheres foram libertadas.

Alguns dias mais tarde, seis operárias foram presas pelas autoridades e levadas para o Forte de Caxias<sup>15</sup>, dada a sua participação em *atividade especial* nos assaltos verificados a fábricas do concelho.

O relatório do processo *Paralisação de trabalho verificada na Fábrica Mundet do Seixal, em 28 de Julho de 1943*, elaborado pela PVDE, conclui que a paralisação de trabalho naquele estabelecimento fabril se integrou na verificada em todas as fábricas da região e que os operários presos sob a acusação de terem constituído uma comissão de pessoal grevista, na realidade foram operários escolhidos pelos encarregados para serem presentes à gerência, a pedido da própria. Estes trabalhadores, selecionados atendendo ao seu bom comportamento, antiguidade de serviço e moderação, seriam justamente aqueles que não teriam tido qualquer envolvimento na instigação da greve. Porém, os homens nomeados pela gerência para a comissão, bem como cinco das mulheres que tiveram participação em *atividade especial* durante a greve, estiveram presos durante cerca de três meses no Forte de Caxias.

Na sequência da greve de *braços caídos*, os estabelecimentos fabris do concelho mantiveram-se fechados por ordem do Ministério da Guerra e guardados por militares. Os indivíduos que paralisaram o trabalho foram coletivamente despedidos e abertas inscrições para novo pessoal, enquanto decorriam as averiguações policiais para apuramento dos principais instigadores

de paralisações e descatos. As responsabilidades foram apuradas de acordo com instruções dos Serviços de Mobilização, fundamentadas nas informações da PVDE e das gerências dos estabelecimentos industriais onde tinham ocorrido greves.

Apesar da situação no município do Seixal estar longe dos contornos repressivos que ocorreram em Almada e Barreiro, normalizada a situação no concelho de Almada, *algumas forças da Polícia retiraram, seguindo parte para o Seixal e regressando outra a Lisboa*. Depreende-se assim que a situação no município do Seixal apelava ainda a um reforço policial. O plano de defesa da ordem pública passou ainda pelo policiamento das redondezas dos estabelecimentos industriais, por evitar agrupamentos de civis nas ruas e assaltos a fábricas e oficinas.

Por ordem da administração, a fábrica da SPEL, em Amora, reiniciou a laboração parcial no dia 31 de julho, o que originou imediato alvoroço. Um grupo de operários da fábrica Mundet, na mesma freguesia, ocorreu imediatamente ao local, gerando grande inquietação entre o operariado feminino da SPEL. Em virtude de ter reiniciado a laboração sem a necessária autorização do Ministério da Guerra, foi dada ordem àquela empresa para encerrar no dia 2 de agosto, penalizando assim a gerência daquela unidade industrial, com os prejuízos daí decorrentes.

Não obstante o Ministério da Guerra ter ordenado o encerramento da fábrica por tempo indeterminado, os seus trabalhadores, furtando-se à influência direta do grupo de operários de outras fábricas próximas e de numerosos populares que tentaram assaltar as instalações, nunca chegaram a aderir à greve.

O encerramento dos estabelecimentos fabris implicou um processo rigoroso de verificação das listas dos inscritos, aproveitando as entidades patronais a ocasião para integrar no rol de agitadores grevistas, trabalhadores considerados indesejáveis. Veja-se o caso da *Companhia de Lanifícios de Arrentela, Lda.* onde a suspensão do trabalho serviu de pretexto para dispensar definitivamente 21 dos seus trabalhadores.

## 6 - NO RESCALDO DA GREVE

O aspeto que mais marcou as memórias sobre a greve de 1943, no concelho do Seixal, foi a ocupação da antiga vila-sede de concelho e das principais povoações locais por militares. Passado o período que imediatamente se seguiu à greve, os trabalhadores que tinham aderido a pequenas paralisações sob coação ou influência externa, foram reintegrados nas fábricas autorizadas a reabrir no dia 30 de julho.

Nas fábricas onde a greve fora mais assumida, o processo revelou-se moroso. O período de encerramento das fábricas e o ambiente de repressão das autoridades sobre os trabalhadores, associados ao despedimento dos operários, à perseguição dos principais dinamizadores da greve (sob ameaça de prisão, possível deportação e trabalhos forçados) e à incapacidade de resistência económica, fizeram sentir os seus efeitos intimidatórios entre os trabalhadores.

Na década de 1940, na Mundet, cerca de 62% dos seus trabalhadores tinham elementos familiares a trabalhar nas fábricas. O encerramento coercivo das unidades fabris por um período prolongado terá dificultado a sobrevivência das famílias.

Esta situação, tanto mais grave se tivermos em conta que o encerramento dos principais estabelecimentos fabris do município impediu a manutenção em laboração de uma parte considerável da população ativa do concelho, dificultando assim a possibilidade de, através das redes de solidariedade operárias, angariar fundos para apoiar a subsistência dos companheiros em greve e respetivas famílias.

Durante o período de encerramento das suas fábricas, a Mundet viu-se coagida pelo Ministério da Guerra a encerrar os serviços da *sopa dos pobres*, a creche, a casa de infância e a suspender a prestação de serviços médicos aos operários e famílias. Deste modo, os seus trabalhadores viram-se na contingência de recorrer às redes de solidariedade operárias e às associações de auxílio mútuo, transversais aos vários sectores económicos do município: as cooperativas de consumo dos trabalhadores.

Em manifesto de 4 de agosto, o secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português apelava à retoma do trabalho. Contudo, o Governo estava longe de reconsiderar a decisão de encerramento das fábricas, e a sua resolução em perseguir os principais impulsionadores do movimento parecia irredutível.

No caso da Mundet, a fábrica do Seixal foi autorizada a recomeçar a sua atividade em 16 de agosto, *Do pessoal que requereu a admissão não foram aceitos, por ordem do Ministério da Guerra, 75 operários. Os restantes, em número de 2225, ficaram admitidos por demonstrarem que tinham sido dos últimos a paralisar o trabalho e dos primeiros a solicitar o reingresso.*

*O Sr. Major Botelho Moniz não autorizou a reabertura da fábrica de cortiça da Amora, pertencente à mesma firma em virtude de se haverem verificado maiores responsabilidades do respectivo pessoal, quer na paralisação, quer na coacção exercida sobre operários de outras fábricas.[...] Os operários da Amora continuaram proibidos do exercício da sua profissão [...] pela necessidade de, no interesse geral, dar exemplo que sirva para o futuro.*

Devido à paralisação das fábricas, em meados de agosto foram despedidos no concelho, por ordem do Governo, um total de 240 operários<sup>16</sup>. Tendo em conta o universo de trabalhadores de cada estabelecimento fabril, constatamos que, em consequência da greve, a fábrica dos *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.*, Amora, onde teve início a greve no concelho, perdeu cerca de 13 % do total do seu pessoal.

Na Mundet, o protesto resultou em prisões, no encerramento das fábricas e no despedimento de 175 trabalhadores, na sua maioria, mulheres. Cruzando as médias relativas às datas de admissão nas fábricas Mundet (Seixal e Amora) com os dados relativos às idades dos grevistas à data da greve (1943), depreendemos que se trata de pessoal operário jovem (na sua grande maioria não tinha atingido sequer os 25 anos de idade), maioritariamente admitido durante a década de 1930.

De acordo com o testemunho de uma das trabalhadoras, registado no processo policial: *A paralisação de*



Quadro 1 - Trabalhadores afetados pela paralisação das fábricas em julho/agosto de 1943 (Fonte: Dados tratados a partir de informação existente no fundo dos Serviços de Mobilização Industrial (1943-1946) do Ministério da Guerra, acessível através do Arquivo Histórico Militar).

| Empresa  | N.º total de trabalhadores das empresas | N.º trabalhadores presos para averiguações | N.º trabalhadores despedidos por incitação à greve ou participação em tumultos |
|--|---|--|--|
| Mundet & C.ª, Lda. (fábricas em Seixal e Amora)        | c. 3000                                 | 24   | 175  |
| Produtos Corticeiros Portugueses, Lda. (Amora)         | 222                                     |  | 29   |
| Companhia de Lanifícios de Arrentela, Lda. (Arrentela) | c. 400                                  |  | 21   |
| C. G. Wicander, Lda. (Seixal)                          | 147                                     |  | 15   |
| Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda. (Amora)       | 86                                      |  |  |
| <b>Total</b>   | <b>c. 3855</b>                          |  | <b>240</b>   |

*trabalho da fábrica do Seixal foi uma consequência da paralisação da fábrica da Amora, pertencente à mesma Empresa. [...] A fábrica do Seixal tem cerca de três mil operários, alguns dos quais, modernos, rapazes novos, mais propensos à desordem, são estes os que conseguem arrastar os mais antigos, para atos, que só resultam em prejuízo do operariado e que nada resolvem...* (Auto de interrogatório da PVDE, elaborado a 07.08.1943).

Despedidos por adesão à greve, nos anos que imediatamente se seguiram ao surto grevista não foi permitida a readmissão desses trabalhadores nas fábricas do município. O arquivo da empresa integra algumas cartas que denotam as situações dramáticas então vividas pelos ex-trabalhadores grevistas e respectivas famílias: *Tenho 15 anos, não tenho vivo o meu pai. Vivo com minha mãe, que luta com muitas dificuldades para poder manter-me, sem a minha pequena ajuda. Eu trabalhava na Fábrica de V. Ex<sup>as</sup>. em Amora, mas fui incluída na lista dos operários despedidos. Como faz muita falta a minha feriazinha a minha mãe, venho muito respeitosamente, perante V. Ex<sup>as</sup>. rogar-lhes que me deem trabalho...* (07.01.1944).

Dos 175 trabalhadores que foram efetivamente

despedidos das fábricas da Mundet, apenas 19 virão a ser readmitidos, mais tarde, na empresa. A maioria ao longo da década de 40, sobretudo nos casos de erro comprovado<sup>17</sup> e mediante o seu bom comportamento na fábrica. Os restantes serão readmitidos em 1950, no quadro dos trabalhadores adventícios, sujeitos a piores condições salariais.

As fontes reportadas ao concelho do Seixal fazem referência ao singular caso de um operário corticeiro na fábrica Mundet, na Amora, com 18 anos de tempo de serviço que, tendo sido detido para averiguações sobre a greve em Almada (onde residia), foi daí transportado para o quartel da Guarda Nacional Republicana, na Ajuda - Lisboa, para incorporação no Batalhão Disciplinar de Trabalhadores, subordinado a uma severa disciplina militar (tal como refere a nota oficiosa da Repartição do Gabinete do Ministério de Guerra). Natural do concelho do Seixal e contando 29 anos de idade quando lhe foi dada voz de prisão, era considerado um dos principais instigadores da greve na Mundet e agente de ligação com Almada<sup>18</sup>. Entregue à PVDE a 10 de agosto, foi restituído à liberdade no final do ano, por se considerar ter responsabilidades menores

do que outros indivíduos envolvidos na organização do movimento grevista e tendo ainda em consideração o tipo de detenção sofrida (prisioneiro durante cerca de cinco meses no Forte de Caxias, em regime de incomunicabilidade).

De resto, todos os presos que tomaram parte ativa no movimento grevista e que se destinavam a integrar o Batalhão Disciplinar de Trabalhadores, tendo em consideração o desfasamento entre o longo período de privação da liberdade e o tipo de crime efetuado (o tempo de prisão foi superior àquele que se encontrava previsto na legislação que abrangia estes crimes) e tendo ainda em atenção a angustiada situação das famílias, acabaram por beneficiar de indulto, sendo libertados no final desse mesmo ano.

Inserido numa ação grevista mais abrangente, estimamos que este surto de protesto operário tenha mobilizado cerca de 3855 trabalhadores do concelho do Seixal dos vários ramos industriais. A população local terá apoiado e acompanhado os grevistas que, em grupo e percorrendo as ruas das povoações, entraram nas fábricas procurando paralisar a sua laboração e incitar os trabalhadores à greve. Tratando-se de três importantes núcleos populacionais e industriais do município, Amora, Torre da Marinha (Arrentela) e Seixal, com um elevado número de operários que viviam exclusivamente da sua situação de assalariados, esta greve terá sido particularmente sentida nas numerosas famílias operárias, tendo afetado uma boa parte da população do concelho e das suas atividades económicas, assumindo-se como um dos momentos mais dramáticos do século XX, no município do Seixal.

## NOTAS

1 - Auto de declarações de Luíz Gubert y Capellà, 1943. Cf. PC 906/43, Arquivo PIDE/DGS, ANTT.

2 - Em 1929, *A Voz do Seixal* foi multada, suspensa e o seu diretor detido por algum tempo. A partir de 1943, este quinzenário regionalista republicano foi suspenso e, mais tarde, oficialmente abatido.

3 - De origem catalã, a *Mundet & C.<sup>a</sup>*, Lda. (1922-1988) foi sucessora em Portugal da *L. Mundet & Sons, Inc.*

4 - Após o curto período de funcionamento da Associação de Classe dos Operários Manufatores de Lanifícios de Arrentela, 1911-1918 (Cf. *A*

*Voz d'Amora*, de 5.05.1918, p. 2), a 18 de agosto de 1934 foram aprovados os estatutos do Sindicato desta indústria e, mais tarde, os operários seixalenses passaram a integrar o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Lisboa.

5 - Após a explosão, ocorrida em 1948, a fábrica foi transferida para Pinheiro da Cruz - Santa Marta de Corroios, concelho do Seixal.

6 - Em 1907 os trabalhadores corticeiros do Seixal constituíram uma Secção, que integrou a Associação de Classe dos Operários Corticeiros do Barreiro (fundada em 1898).

7 - Cf. *Debates Parlamentares*, n.º 72, 29.04.1924, p. 4, disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/06/03/072/1924-04-29> [consult. 01. Fev. 2017]. Consideravam-se presos por questões sociais, os indivíduos com delitos originados nas lutas de classes (por movimento ou manifestação reivindicativos) ou por conflito com as autoridades, resultando na perturbação da ordem pública, violando assim o regulamento das greves.

8 - O Alvará de 28 de fevereiro de 1939 aprovou os estatutos Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Setúbal, com sede no Seixal (Cf. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, 6º ano, n.º 4, 28.02.1939, p. 99).

9 - Na noite de Natal de 1941, nos concelhos de Barreiro e Seixal, surgiram manifestos de propaganda *subversiva*, profusamente distribuídos nas principais povoações daqueles concelhos (Cf. Ministério do Interior / Comando Geral da Polícia de Segurança Pública. Relatório de carácter político-social do Continente, Lisboa, de 01.01.1941. ANTT).

10 - O despacho de 2 de agosto de 1941 estabeleceu os salários mínimos para os operários da indústria corticeira, beneficiando a região centro do país.

11 - Cf. Relatório do Comandante do Batalhão da Legião Portuguesa que prestou a guarda de honra ao Presidente da República, na sua visita ao concelho do Seixal, realizada a 4.04.1943 (enviado pelo Comando Distrital de Setúbal da Legião Portuguesa à Gerência da Fábrica *Mundet & C.<sup>a</sup>*, Lda., a 20.04.1943).

12 - Adquirida a expensas dos seus associados, a 13 de outubro de 1929 foi inaugurada a sede da Associação dos Operários Corticeiros do Seixal (Cf. *O Seixalense*, de 01.09.1929, p. 1), sita na Rua Dr. Miguel Bombarda, em Seixal. No ano seguinte, o Governador Civil de Setúbal visitou a sede daquela associação onde tinha sido inaugurada, a 1 de maio, uma escola destinada aos filhos dos operários.

13 - Cf. Inquérito do INPT referente às extintas Associações de Classe, de 31 de dezembro de 1938. Acessível em <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/Associação%20de%20Classe%20dos%20Operários%20Corticeiros%20do%20Seixal.pdf> [consult. 01. Fev. 2017].

14 - Natural do Barreiro, com 26 anos de idade e 5 filhos. O marido era também operário corticeiro na Mundet. Ambos fizeram greve, mas só a mulher foi despedida.

15 - Devido a avançado estado de gravidez, uma das operárias foi libertada no dia seguinte à sua detenção.

16 - Se confrontarmos o número total de trabalhadores do concelho do Seixal despedidos (240) com a informação que dispomos sobre os presos no decurso do processo – 24, sendo que 23 correspondem à *Comissão*

de trabalhadores grevistas da Mundet (não foram despedidos) –, apesar de alguns dos processos da PVDE não estão à consulta pública por restrições de comunicabilidade, isto poderá significar estarmos perante um caso de fonte incompleta.

17 - Constatámos terem existido alguns operários despedidos na ocasião, apesar de estarem ausentes com motivo justificado (por doença ou licenças concedidas). Os operários apurados para o serviço militar, que se encontravam a aguardar a incorporação, foram também arrolados.

18 - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado – “Relação dos indivíduos entregues ao Ministério da Guerra para incorporação no Batalhão de Trabalhadores”, setembro de 1943. Arquivo Histórico Militar - Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra / Exército, Secção F Serviços de Mobilização Industrial (1943-1946).

## FONTES

### Arquivo Histórico Militar

FO 06 Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra / Exército, Secção F Serviços de Mobilização Industrial (1943-1946).

### Arquivo Nacional Torre do Tombo

PIDE/DGS - PC 906/43, NT 4811-4815 PT2

PT/TT/SGPCM-GPC/0611

### Fundo Documental da Mundet & C.<sup>a</sup> Lda.

Arquivo de acesso condicionado, em fase de organização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Patriarca, F. (2000) - *Sindicatos contra Salazar: a revolta de 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Impr. de Ciências Sociais.

Rosas, F. (1990) - *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas (1939-1945)*. Lisboa: Estampa.

(O) *Século*. (jul. 1943 – ago. 1943) - prop. Sociedade Nacional de Tipografia; João Pereira da Rosa (dir.). Lisboa: António Maria Lopes.

(O) *Seixalense*. (1925 - 1936) - prop. do Grupo Editor d' O Seixalense. Barreiro: Tipografia Comercial.

(A) *Voz do Seixal* (1927-1949) - Vargas Silva, O. Rodrigues (dirs.); Amadeu A. Diniz (ed. com). Seixal : A. A. Diniz.

(A) *Voz d'Amora* (1916-1919) - prop. Manuel Saraiva de Carvalho; Damião Valdez Mendes (dir.). Amora: Manuel Saraiva de Carvalho.